

Bon - Brasil A advertência de Gros

O ex-presidente do Banco Central Francisco Gros é uma pessoa reconhecidamente responsável. Se ousou, no Exterior, alertar quanto ao perigo de um novo descontrole inflacionário no País foi a isso levado por decisões — ou indecisões — do governo Itamar Franco. Ressalvou que espera estar enganado, mas deixou a advertência de um homem que assistiu, nos gabinetes do Planalto, às primeiras semanas de atuação do presidente em exercício.

Ao denunciar o que chama de "instintos populistas" do presidente Itamar Franco e de alguns dos seus ministros, reconheceu que os dois titulares da equipe econômica e o seu sucessor na direção do instituto de emissão são pessoas igualmente responsáveis. No entanto, teme que suas posições racionais possam ser derrubadas por uma falsa política em favor do social.

O ex-presidente do BC citou alguns exemplos preocupantes: o atraso no reajuste dos preços dos derivados do petróleo, a intenção de pôr-se em prática uma política assistencial para distribuição de cestas básicas e de congelar os preços dos remédios e ainda o corte de 30% nas prestações do BNH.

Francisco Gros sabe do que está falando. Teve a grande responsabilidade de controlar, no segundo governo Collor, a expansão monetária. Ao que parece, desde setembro tal controle monetário não recebeu a mesma prioridade, justamente no momento em que, com o final da liberação dos cruzados novos, podia-se seguir um caminho ainda mais austero. No entanto, não se pode ainda renunciar a uma queda artificial da taxa de juros.

O governo Itamar Franco conta com uma grande vantagem: tem ainda a esperança de obter algo de uma reforma fiscal mais ampla que poderia ter sido obtida pelo governo Collor. Mas é exatamente em função dessa possibilidade — que está longe de constituir uma certeza — que não se pode descuidar da política monetária, que permitirá tirar proveito da reforma.

Fazia-se, portanto, necessário que um homem que desempenhou um grande papel em nossa reconciliação com a comunidade financeira internacional lembrasse algumas realidades, das quais depende uma redução da taxa de juros em função de uma diminuição da dívida mobiliária federal.

7 NOV 1992
EXCESSIONAL
SÃO PAULO